



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

1. INTRODUÇÃO

1.1. De acordo com o inciso I do art. 7º da Instrução Normativa nº 09/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, o Documento de Formalização de Demanda - DFD é o documento elaborado pelo chefe do órgão interessado, cujo objeto a ser contratado deve ser compatível com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do art. 12 da LLC, quando existir, e com as leis orçamentárias.

1.2. Adicionalmente, o inciso I do art. 7º da Instrução Normativa nº 09/2023 do TCM/GO, especifica as informações mínimas que deve conter o DFD, as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente visa a aquisição de lâmpadas para substituição nos ginásios e quadras esportivas do município, tendo em vista a necessidade urgente de manutenção e melhoria da iluminação nesses espaços públicos.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Tal aquisição se justifica, visto que a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer de Goiânia solicita a aquisição de lâmpadas para substituição nos ginásios e quadras esportivas do município, tendo em vista a necessidade urgente de manutenção e melhoria da iluminação nesses espaços públicos.

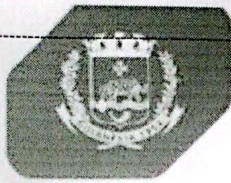
A adequada iluminação é fundamental para garantir a segurança dos usuários, permitir a realização de atividades esportivas em horários noturnos e assegurar a continuidade de projetos sociais, campeonatos e treinamentos desenvolvidos pela Secretaria. Atualmente, diversos pontos de iluminação encontram-se danificados ou com funcionamento inadequado, comprometendo a utilização plena das estruturas esportivas.

Além disso, a troca das lâmpadas visa promover maior eficiência energética, segurança e conforto visual, incentivando a prática esportiva e o uso saudável do tempo livre por parte da população, especialmente jovens e adolescentes atendidos por programas da secretaria.

Dessa forma, a aquisição e substituição das lâmpadas se faz necessária e urgente para garantir a manutenção das atividades esportivas e recreativas, bem como o pleno funcionamento dos espaços públicos destinados ao esporte e lazer no município.

Autorizo na Forma da Lei
Renato de Castro
Prefeito





4. INFORMAÇÕES GERAIS

4.1. Descrição sucinta do objeto:

aquisição de lâmpadas para substituição nos ginásios e quadras esportivas do município, tendo em vista a necessidade urgente de manutenção e melhoria da iluminação nesses espaços públicos, visto que atualmente, diversos pontos de iluminação encontram-se danificados ou com funcionamento inadequado, comprometendo a utilização plena das estruturas esportivas.

4.2. Grau de prioridade da compra ou da contratação:

O grau de prioridade para contratação é ALTA.

4.3. Justificativa de prioridade:

A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade de aquisição de lâmpadas, destinadas à substituição e manutenção do sistema de iluminação dos ginásios e quadras esportivas sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer de Goianésia.

Após vistorias técnicas realizadas em diversos espaços esportivos do município, foi constatado que várias unidades encontram-se com a iluminação comprometida, seja por falha total de funcionamento ou por baixa eficiência luminosa, prejudicando diretamente a realização das atividades esportivas e recreativas promovidas pela secretaria.

A substituição das lâmpadas visa restaurar a plena funcionalidade desses espaços, garantindo segurança aos usuários, qualidade visual adequada para práticas esportivas noturnas e maior eficiência energética, especialmente com a adoção de tecnologias modernas como iluminação LED, que oferecem melhor desempenho com menor consumo.

A ação está alinhada com os objetivos da administração municipal de fomentar o esporte, o lazer e o bem-estar social, principalmente entre crianças, adolescentes e jovens atendidos pelos programas esportivos e sociais da secretaria.

Dessa forma, solicitamos a aquisição dos materiais listados para a imediata execução do serviço de manutenção elétrica nos referidos espaços, a fim de garantir a continuidade e qualidade das atividades ofertadas à população de Goianésia.

4.4. Data prevista para conclusão do processo

O prazo previsto para finalizar o processo é de no máximo 30 (trinta) dias.

4.5. Prazo de Entrega/ Execução

A entrega dos materiais será de forma integral e imediata, com prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados após o recebimento da Ordem de Fornecimento.





4.6. Local, data e horário da Entrega/Execução

Os materiais deverão ser entregue , acompanhado de Nota Fiscal/Fatura, de segunda a sexta das 07:00 as 11:00h e das 13:00 as 17:00h, nas dependências do Complexo Poliesportivo do Jardim Esperança , não admitindo a entrega dos itens em outro local.

4.7. Vinculação ou dependência com o objeto de outra contratação

Não Há vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

4.8. Demonstrativo da previsão da contratação no PCA – Plano De Contratações Anual:

Os gastos previstos encontram-se dentro do PLANO PLURIANUAL (PPA), assim como na Lei Orçamentária Anual (LOA), devido à ausência neste momento do Plano Anual de Contratações, não obstando a realização das futuras aquisições, conforme o art. 18, *caput* e § 1º, inc. II da Lei nº 14.133/2021.

5. Produtos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO / DETALHAMENTO				PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO
	PRODUTO	UND	Quantidade	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO		
01	REFLETOR DE LED 6.500 K BRANCO FRIO 200W IP 66 E FLUXO LUMINOSO 16.000 LÚMENS	UN	200	R\$ 78,82		RS 15.764,00
02	REFLETOR DE LED 6.500 K BRANCO FRIO 100W IP 66 E FLUXO LUMINOSO 7.500 LÚMENS	UN	50	R\$ 43,86		RS 2.193,00
03	REFLETOR DE LED 6.500 K BRANCO FRIO 500W IP 66 E FLUXO LUMINOSO 40.000 LÚMENS	UN	50	R\$ 253,63		RS 12.781,50
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 30.738,50		

6.ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal Secretaria de Esporte Juventude e Lazer.

7.RESPONSÁVEL PELA DEMANDA

ANDRIEFERSON PEREIRA DA SILVA

Goianésia – GO, 22 de ABRIL de 2025.

ANDRIEFERSON PEREIRA DA SILVA
Secretaria de Esporte Juventude e Lazer

COMERCIAL FPS

CNPJ:28.242.129/0001-25 I.E 202175472

ORÇAMENTO

À

À PREFEITURA MUNICIPAL GOIANÉSIA/GO

ORÇAMENTO						
Item	Qtd.	Und.	Descrição	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	200	Und.	REFLETOR DE LED 6.500 K BRANCO FRIO 200W IP 66 E FLUXO LUMINOSO 16.000 LÚMENS	EMPALUX	R\$ 78,82	R\$ 15.764,00
2	50	Und.	REFLETOR DE LED 6.500 K BRANCO FRIO 100W IP 66 E FLUXO LUMINOSO 7.500 LÚMENS	EMPALUX	R\$ 43,86	R\$ 2.193,00
3	50	Und.	REFLETOR DE LED 6.500 K BRANCO FRIO 500W IP 66 E FLUXO LUMINOSO 40.000 LÚMENS	EMPALUX	R\$ 255,63	R\$ 12.781,50
Total dos Itens: R\$: TRINTA MIL SETECENTOS E TRINTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS.						R\$ 30.738,50

► **Prazo de entrega:** Os produtos deverão ser entregues, conforme Autorização de Fornecimento em até 10 (Dez) dias a partir da solicitação do Almoxarifado.

► **Local de entrega:** : Almoz. Goianésia.

► **Forma de Pagamento:** . Os pagamentos serão efetuados de acordo com as quantidades entregues em até 30 (Trinta) dias após recebimento definitivo das mercadorias e da emissão de Autorização de Fornecimento.

COMERCIAL FPS
LTDA:28242129000125

Assinado de forma digital por
COMERCIAL FPS
LTDA:28242129000125
Dados: 2025.04.22 17:36:37 -03'00'

Goiânia, 22 de abril de 2025.

COMERCIAL FPS
Fabrícia Pereira Santos

Rua 119, nº 107, Quadra F-39, Lote 13, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP: 74.085.420

Digitalizado com CamScanner

Nº Processo: 2025007276 Usuário: 8890***7134 - Data: 07/05/2025 10:45 Página: 6



AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Autoridade Competente do Município de Goianésia, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o art. 72, inciso VIII, da Lei 14.133/21, autoriza o Agente de Contratação e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto Municipal n.º 062/2025, a proceder a instauração de procedimento de Dispensa de Licitação para a abertura de processo de despesa por meio de dispensa de licitação, visando a aquisição de lâmpadas, em atendimento as necessidades da Secretaria de Esporte Juventude e Lazer do Município de Goianésia, conforme especificações constantes do Termo de Referência que instrui o presente procedimento.

Digitally signed by VALDIVINO SANTANA:03172074153
Date: 2025.04.28 13:00:12 GMT-03:00
Reason: Arquivo assinado digitalmente
Location: BR

VALDIVINO SANTANA
Autoridade Competente



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento, abertura de processo de despesa por meio de dispensa de licitação, visando a aquisição de lâmpadas para substituição nos ginásios e quadras esportivas do município, tendo em vista a necessidade urgente de manutenção e melhoria da iluminação nesses espaços públicos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade de aquisição de lâmpadas, destinadas à substituição e manutenção do sistema de iluminação dos ginásios e quadras esportivas sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer de Goiânia.

Após vistorias técnicas realizadas em diversos espaços esportivos do município, foi constatado que várias unidades encontram-se com a iluminação comprometida, seja por falha total de funcionamento ou por baixa eficiência luminosa, prejudicando diretamente a realização das atividades esportivas e recreativas promovidas pela secretaria.

A substituição das lâmpadas visa restaurar a plena funcionalidade desses espaços, garantindo segurança aos usuários, qualidade visual adequada para práticas esportivas noturnas e maior eficiência energética, especialmente com a adoção de tecnologias modernas como iluminação LED, que oferecem melhor desempenho com menor consumo.

A ação está alinhada com os objetivos da administração municipal de fomentar o esporte, o lazer e o bem-estar social, principalmente entre crianças, adolescentes e jovens atendidos pelos programas esportivos e sociais da secretaria.

Dessa forma, solicitamos a aquisição dos materiais listados para a imediata execução do serviço de manutenção elétrica nos referidos espaços, a fim de garantir a continuidade e qualidade das atividades ofertadas à população de Goiânia.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Para a presente aquisição, deverão ser consideradas as seguintes informações orçamentárias:

ORGANOGRAMA	DETALHAMENTO DA FONTE
1093	100

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO: 5. Produtos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO / DETALHAMENTO				PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO
	PRODUTO	UND	Quantidade	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	





01	REFLETOR DE LED 6.500 K BRANCO FRIO 200W IP 66 E FLUXO LUMINOSO 16.000 LÚMENS	UN	200		
02	REFLETOR DE LED 6.500 K BRANCO FRIO 100W IP 66 E FLUXO LUMINOSO 7.500 LÚMENS	UN	50		
03	REFLETOR DE LED 6.500 K BRANCO FRIO 500W IP 66 E FLUXO LUMINOSO 40.000 LÚMENS	UN	50		
VALOR TOTAL ESTIMADO					

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

5.1. O valor total estimado do presente fornecimento é de **R\$ 30.738,50 (Trinta mil setecentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos)**, cujo valor foi apurado pelo valor médio alinhado em pesquisa de mercado.

5.2. Deverá ser realizada pesquisa de preços para fins de verificar se os valores propostos estão de acordo com o praticado no mercado.

5.3. No valor a ser pago deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, transporte, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1. A modalidade licitatória adotada para a seleção do fornecedor será por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento de menor preço, haja vista os padrões de desempenho e qualidade serem objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, sendo comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

6.1.1. A contratação direta por dispensa de licitação permite uma maior celeridade na aquisição de bens e serviços, atendendo a demandas urgentes e evitando a morosidade do processo licitatório, que pode comprometer a continuidade dos serviços públicos.

6.2. A aquisição se fundamenta nos pressupostos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.2.1. Conforme o Decreto nº. 12.343, de 30 de dezembro de 2024, ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art 75, caput, inciso II - R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).



7. DA JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA DE ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

A não elaboração de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a presente aquisição, considerando a nova Lei de Licitações e Contratos, inicialmente, se baseia nas disposições do inciso I, art. 72 da lei n. 14.133 que trata da formalização dos processos de contratação direta elucidando que tais contratações devem ser formalizadas pelo **“documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo”** (grifo nosso).

Considerando ainda, que em âmbito municipal, a obrigação de elaborar estudo Técnico Preliminar aplica-se a aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, sendo opcional nos seguintes casos, conforme art. 13, Decreto Municipal nº. 1.653 de 07 de abril de 2022:

I – contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma da contratação;

II – dispensa de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;

III – contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7 do art. 90 da 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV – quaisquer alterações contratuais realizados por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

Neste sentido a Administração pode substituir o Estudo Técnico Preliminar (ETP) por outro documento simplificado quando a contratação for de baixa complexidade. Esse documento substitutivo deve conter as informações mínimas necessárias para garantir a execução adequada da despesa, conforme o presente caso.

8. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO PRODUTO

8.1. A entrega dos produtos será integral e imediata, com prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.2. Os materiais deverão ser entregues, acompanhada de Nota Fiscal/Fatura, de segunda a sexta das 07:00 as 11:00h e das 13:00 as 17:00h, nas dependências da Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer, não admitindo a entrega dos itens em outro local.

8.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos itens, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, circunstanciado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do processo.

8.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



9. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

9.1. Os produtos objeto da presente aquisição deverão ter garantia mínima de 12 meses, contada do recebimento definitivo do material, prevalecendo à garantia oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.

9.2. O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por telefone, e-mail, ofício ou outro meio hábil de comunicação.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado em parcela única, após a entrega total dos produtos.

10.2. No valor a ser pago pela requisitante estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da presente aquisição.

10.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante do protocolo da nota fiscal devidamente assinada pelo secretário da pasta. Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará bloqueada e o pagamento susinado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o Município.

11. DAS OBRIGAÇÕES

11.1. Obrigações da Contratada:

11.1.1. Manter as condições de habilitação e qualificação técnica do ato da contratação, observando e acatando as disposições do artigo 92 Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que sejam cabíveis à natureza deste instrumento ou através da certidão/certificado aludido no inciso II, do artigo 69 da supracitada lei;

11.1.2. Acatar com as disposições da legislação vigente inerente ao objeto deste contrato, respeitando e primando especialmente pelo cumprimento dos artigos 117 a 121 da Lei 14.133 de 1-º de abril de 2021;

11.1.3. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, e para aprendiz.

11.1.4. Efetuar a entrega dos produtos, em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do contrato e do termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações do modelo, procedência e prazo de garantia;

11.1.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes do fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

11.1.6. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto/material/ com avarias ou defeitos;

11.2. Obrigações da Contratante:

11.2.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido.

11.2.2. Expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja entregue



qualquer produto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.

11.2.3. Autorizar o fornecimento dos itens e emitir os documentos específicos para tal.

11.2.4. Exercer a fiscalização do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei n. 14.133/2021.

11.2.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12. DA SUBSTITUIÇÃO DO CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO

12.1. Tendo em vista o caráter econômico do fornecimento, ou seja, contratos com valores inferiores aos limites admitidos para a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021); e ainda a simplicidade das obrigações da presente aquisição e a ausência de risco, o que ocorre nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, optasse pela substituição do instrumento de contrato por nota de empenho, nos termos do art. 95, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

13. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA

13.1. Será selecionado o fornecedor proponente da melhor oferta, desde que apresente a seguinte documentação e na seguinte forma:

13.1.1. DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS:

13.1.1.1. A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com suas alterações supervenientes em vigor ou ultima alteração consolidada e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Comprovante de número de conta bancária

13.1.1.2. A documentação (do representante) exigida das pessoas físicas.

- a) Cédula de Identidade dos sócios;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Individual de Contribuinte (CIC ou CPF) do Ministério da Fazenda dos sócios;
- a) Informações para contato: email e telefone.

13.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos



Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).

d) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Secretaria da Fazenda Estadual;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda do Município, relativa à sede ou domicílio da empresa;

13.1.3. DOCUMENTOS PESSOAS FÍSICAS:

13.1.3.1. A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) CPF – Cadastro de Pessoas Físicas no Ministério da Fazenda;

b) CI – Carteira de Identidade/Registro Geral junto a órgão oficial de identificação;

c) Comprovante de Endereço Atualizado;

d) Número do PIS/PASEP.

e) Comprovante de número de conta bancária

f) Informações para contato: e-mail e telefone.

13.1.3.2. REGULARIDADE FISCAL:

a) Certidão Negativa junto a Receita Federal ;

b) Certidão Negativa junto a Receita Estadual;

c) Certidão Negativa do Município de Origem;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

e) Certidão de Quitação Eleitoral.

f) Certificado de Reservista (para homens até 45 anos).



Documento assinado digitalmente

ANDRIEFERSON PEREIRA DA SILVA

Data: 19/02/2025 08:41:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRIEFERSON PEREIRA DA SILVA

Secretário de Esporte Juventude e Lazer

